

## **A Ilha. História e urbanismo do grande quarteirão onde se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio (1750-1779)**

### **The Island. The history of the large block where the Hospital Real de Todos-os-Santos once stood (1750-1779)**

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva  
Tiago Borges Lourenço

#### **RESUMO**

Contrariamente a uma ideia generalizada e muitas vezes repetida, não foi o Terramoto de 1755 que condenou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio, a um irremediável desaparecimento. Na verdade, não só o plano de reconstrução da Baixa de Lisboa não lhe previa uma nova localização, como, nos anos subsequentes, uma campanha de obras de reconstrução chegou a ser equacionada e (parcialmente) executada. O seu destino foi traçado por uma carta régia assinada por D. José, a 26 de setembro de 1769, que decretou a passagem do hospital para o edifício do antigo Colégio jesuítico de Santo Antão e deu indicações precisas para a divisão e venda do seu terreno, ao Rossio. Mas antes (e depois disso), o local do grande quarteirão que chegou a ser conhecido como a *Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos*<sup>1</sup> foi impregnado de uma riquíssima história como poucos em Lisboa.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Lisboa / Hospital Real de Todos-os-Santos / Urbanismo / Arquitetura / Saúde

#### **ABSTRACT**

In the late 15<sup>th</sup> century a significant part of the Convent of São Domingos' enclosure was occupied by the new Hospital Real de Todos-os-Santos. Located in the eastern side of Rossio square, soon this large block became known as the *island where the Royal Hospital stands*. Although the hospital building was destroyed first by a fire in 1750 and then by a devastating earthquake in 1755, only in 1769 king José decided to transfer it to the former Jesuit College of Santo Antão. This article aims to trace the history of the final years of the Hospital Real de Todos-os-Santos building and the *island* where it was located.

#### **KEYWORDS**

Lisbon / Hospital Real de Todos-os-Santos / Urbanism / Architecture / Health

<sup>1</sup> *Planta Topographica, e exacta do Sitio, que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade; o Convento de São Domingos, e Casas assim do Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Marquês de Cascais [...]*. Filipe Rodrigues de Oliveira, 1750. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) – <http://purl.pt/22488>.

## 1) A HISTÓRIA ANTES DESTA HISTÓRIA. ESTRATIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO DE UM LUGAR

O lugar tomado como objeto no presente estudo é o grande quadrilátero cujo perímetro, em traços gerais, é atualmente delimitado pela Praça D. Pedro IV (*do Rossio*) e ruas de Barros Queiroz, Dom Duarte, João das Regras, do Poço do Borratém, dos Condes de Monsanto e da Betesga (Figura 1): *A Ilha em que estava edificado o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade; o Convento de São Domingos, e Casas assim do Ill.mo e Ex.mo Marquês de Cascaes*<sup>2</sup>.



**Figura 1** Marcação do limite do quarteirão do Hospital de Todos-os-Santos, Convento de São Domingos de Lisboa e Palácio dos Marquês de Cascais, sobre cartografia atual. Câmara Municipal de Lisboa (CML), *Lisboa Interactiva*. <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>.

Esta área, uma das mais centrais, nobres e emblemáticas da moderna identidade da cidade de Lisboa, foi outrora ponto de

confluência da bacia de encaixe do Esteiro da Baixa, aquífero do Tejo formado no Quaternário, e das duas ribeiras hoje ocultas que nele desaguam, a de Valverde (equivalente, em termos grosseiros, à Av. Liberdade) e a de Arroios (do mesmo modo hoje fossilizada nos alinhamentos da Rua da Palma e parte da Avenida Almirante Reis)<sup>3</sup>.

Era, pois, um local particularmente inóspito, o que não impediu uma ocupação humana (ainda que descontínua) ao longo de mais de três mil anos. Tendo sido alvo de campanhas arqueológicas<sup>4</sup> no decorrer da segunda metade do

<sup>2</sup> *Ibidem*.

<sup>3</sup> SILVA, Rodrigo Banha da – A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal. Nº 2 (2013), p. 40.

<sup>4</sup> As mais importantes em 1960, 1962, 1971 e 1999-2001, todas na Praça da Figueira.

século XX, constitui-se como uma das áreas da cidade em que melhor é possível detalhar a diferente estratificação da presença humana, cujas primeiras evidências remontam à Idade do Bronze Final<sup>5</sup>.

Aquando da ocupação romana, o local era atravessado por “um dos dois devertículos de uma das mais importantes vias da Hispania ocidental que, com início na cidade do Tejo se dirigia à capital conventual Scallabis, e dali para o Noroeste Peninsular ou para a capital provincial, Emerita”<sup>6</sup>. Junto a este existiu uma importante necrópole (em funcionamento entre os séculos I e III) e o circo máximo de Felicitas Iulia Olisipo. Contrariamente ao último, cuja implantação correspondia de forma genérica ao Rossio pré-terramoto, a necrópole implantava-se na zona atualmente ocupada pela Praça da Figueira e, por isso, na área em estudo. “Assumindo uma expressão arquitectónica monumentalizada, denunciando a sua importância [...], iria sofrer uma intensa campanha de desmantelamento para aproveitamento de pedra no último terço do século III d.C.”<sup>7</sup>, possivelmente para edificação da primitiva muralha Baixo Imperial. Durante cerca de um século, partes do espaço remanescente mantiveram ainda a função funerária (sepulturas de inumação e incineração), conhecendo-se ainda a existência de uma casa agrícola provavelmente datada do século V<sup>8</sup>, sendo escassos os vestígios referentes aos sete séculos seguintes.

Na sequência das campanhas arqueológicas de 1999-2001 na Praça da Figueira foi descrito um bairro da Al-Ushbuna islâmica com pelo menos 18 habitações, provavelmente datado da primeira metade do século XII e que

significativamente afastad[o] da Medina, bem amuralhada [...], em nada te[ve] a ver com o crescimento orgânico de cidade islâmica [...] [denunciando] planeamento urbano preciso, constituído por fiadas de quarteirões providos da mesma largura e separadas por longas mas estreitas vias longitudinais, ligadas por outras transversais. As dimensões das casas [...] mas também dos quarteirões e das vias, reflectem ocupação intensiva do solo disponível<sup>9</sup>.

Ainda assim, e não obstante a forma consolidada que os vestígios deste bairro parecem sugerir, a sua existência e ocupação ter-se-á limitado a um curto período de tempo, em virtude do seu progressivo abandono na sequência da conquista cristã da cidade em 1147.

Na Lisboa cristã, a primeira notícia relevante relacionada com o local data de 1241, ano da fundação de um convento dominicano, da qual resultou o aterramento do local onde outrora se havia implantado o bairro islâmico. No decorrer dos quase cem anos compreendidos entre os dois momentos, haviam sido fundados em Lisboa seis conventos ou mosteiros<sup>10</sup>, enquadrando-se a instituição do Convento de São Domingos de Lisboa nesta tentativa de ancorar na cidade algumas das principais instituições religiosas da época. No entanto, diferia dos demais na forma como a sua implantação não ocorreu em nenhuma das colinas mas antes numa área baixa e próxima do centro nevrálgico da urbe, num terreno que, embora fronteiro a uma das principais vias de saída da cidade (a Corredoura) e próximo do núcleo habitacional consolidado, apresentava características manifestamente adversas.

<sup>5</sup> Nas escavações arqueológicas de 1962, foram encontradas várias *estruturas* na Praça da Figueira, de entre as quais uma “lítica ovalada [...] descrita como composta por lajes (calcárias?), pouco espessas e encastradas no solo [...]. A ausência de outros elementos de caracterização torna difícil garantir hoje de forma categórica a sua funcionalidade original, sugerindo tratar-se de um fundo de construção (cabana?) de planta quase circular, embora outras hipóteses sejam admissíveis.” (SILVA, Rodrigo Banha da – *op.cit.*, p.42). A presença de estruturas da Idade do Bronze seria confirmada nas campanhas arqueológicas de 1999-2001.

<sup>6</sup> SILVA, Rodrigo Banha da – A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa). In *Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época* (em publicação).

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; SILVA, Rodrigo Banha da – O Bairro Islâmico da Praça da Figueira. In *Cristãos e muçulmanos na Idade Média peninsular: encontros e desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, 2011. p. 23.

<sup>10</sup> São Vicente de Fora (1147), São Miguel das Donas (1160), São Félix de Chelas (1192), São Francisco da Cidade (1217), Santíssima Trindade (1218) e Santos-o-Velho (1220). A este propósito consultar LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia – *As casas religiosas de Lisboa*. [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 2018. [Consult. em 04.12.2018]. Disponível na Internet: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/wp-content/uploads/2015/06/CasasReligiosasLisboa.pdf>. Integrado no projeto Lx Conventos.

A sua fundação deveu-se a D. Sancho II, “e com licença do Dayaõ, e cabido da Sè que estava vacante, lançou nelle a primeira pedra hum Bispo estrangeyro”<sup>11</sup>, já em 1242<sup>12</sup>. Embora não seja totalmente claro, parece provável que já não existisse sequer um pequeno esteiro navegável, apesar de relatos da descoberta, durante obras executadas no século XVI, de “sylhares de pedraria bem lavrada, e a partes grossas argollas de bronze travadas, e pendentes dellas, como em caiz, pera servirem de amarrar navios”<sup>13</sup>. Seria uma construção modesta quando, em 1249, D. Afonso III decidiu empreender uma segunda campanha de obras. Desconhece-se a configuração do edifício, sabendo-se, no entanto, que o local da grande igreja então ereta não mais se alterou, correspondendo em rigor ao da atual.

Com os terrenos então doados pelo monarca ao convento<sup>14</sup>, a área da sua cerca passou a corresponder aproximadamente ao objeto deste estudo, a *Ilha*<sup>15</sup>, que “naquele tempo eraõ terras devolutas que o povo se servia sem aver dono particular delas, em telhaes, e fornos de tijolo por huma parte, e por outra em sementeiras de ferregeais e hortaliças”<sup>16</sup>. Ainda que todas estas operações tivessem dotado o edifício conventual de melhoradas condições de acomodação e de uma grande área de cerca, a sua desfavorável localização trazia-lhe ainda graves problemas, maioritariamente provocados pela caudalosa confluência das águas pluviais que, ao longo dos séculos XIV e XV, foi provocando crónicos danos na construção. Terá sido esse o principal motivo que fez com que, no princípio de Quinhentos, D.Manuel I tivesse “mand[ado] derribar todo o edificio velho que era terreo, e f[azer] lavrar, e levantar de novo hum dormitorio alto”<sup>17</sup>. Na essência, tratava-se de um projeto que fazia crescer a área do edifício para o interior do seu lote, então o único espaço disponível para o efeito, visto que, por esta altura, o convento havia já perdido uma substancial parte das suas propriedades, em virtude de nela se ter instalado o novo Hospital Real<sup>18</sup>.

A decisão de D. João II em construir um grande hospital real assentava na tentativa de aglutinar os diversos hospitais existentes na cidade num único edifício, tendo para o efeito conseguido uma bula papal de Sisto IV em 1479. “Vendo como aquela parte do Rossio estava despejada e sitio bom para se fazer a tall hobra [...], e por lhes não quebrar sua pose, [o monarca] lhes pedio aquelle sitio [...] e os padres lho derão”<sup>19</sup>, recebendo em troca um conjunto de propriedades que viriam a ser definidas pela carta de escambo de 22 de agosto de 1502<sup>20</sup>. Escolhido o local, a primeira pedra foi colocada a 15 de maio de 1492. No geral, seguia o modelo dos hospitais europeus do seu tempo, com planta em “forma de Cruz de quatro braços iguais; ficam nos quatro ângulos quatro claustros grandes, lageados de pedraria, com um poço no meio de cada um”<sup>21</sup>. Num dos braços encontrava-se a grande igreja com entrada pelo Rossio, tendo sido instaladas nos restantes três braços outras tantas enfermarias (de Santa Clara para “males das mulheres”, de São Cosme para “males dos homens” e de São Vicente para “febres dos

<sup>11</sup> CACEGAS, Luís – *Primeira parte da história de S. Domingos Particular do Reino, e conquistas de Portugal...* Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1767. p. 182-183.

<sup>12</sup> Subsistem algumas dúvidas sobre se a pequena ermida contígua à nova igreja dominicana já se encontrava construída à época. A Ermida de Nossa Senhora da Purificação (popularmente conhecida como Ermida de Nossa Senhora da Escada devido ao facto de o seu acesso ser feito por uma escadaria) desapareceria com o Terramoto de 1755.

<sup>13</sup> CACEGAS, *op. cit.*, p. 313

<sup>14</sup> Embora não tenha sido possível encontrar qualquer documento sobre a cedência destes terrenos, tem sido aceite ao longo dos tempos que terá efetivamente sido D. Afonso III quem fez tal mercê aos religiosos.

<sup>15</sup> Implantada a poente dos terrenos dominicanos e próxima do sopé da colina da Alcáçova, no decorrer dos primeiros séculos da Lisboa cristã, a via junto à qual se implantaria a Ermida de São Mateus constituiu-se como uma das principais saídas a norte da cidade, cruzando a Mouraria. A sua importância estratégica é atestada pela opção de nela se erguer a Porta de São Vicente da Mouraria da Muralha Fernandina, assim como pela recém-descoberta arqueológica de uma necrópole medieval nas suas proximidades. Foi igualmente em seu torno que foi construído o Poço do Borratém.

<sup>16</sup> CACEGAS – *op. cit.*, p. 316.

<sup>17</sup> CACEGAS – *op. cit.*, p. 317.

<sup>18</sup> Voltado ao Rossio, grande praça que, entretanto, havia sido aberta.

<sup>19</sup> BRANDÃO, João – *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa na 2ª metade do século XVI: estatística de Lisboa de 1552*. Lisboa: Liv. Ferin, 1923. p. 110-111.

<sup>20</sup> [Arquivo Nacional Torre do Tombo] ANTT, *Chancelaria de D. Manuel, Livro I da Estremadura*, f. 252-255.

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1992. p. 602.



homens”). Com o correr do tempo, novas enfermarias e dependências foram sendo construídas no interior do lote (caso das enfermarias dos Capuchinhos Descalços e dos Camilos, esta última já do século XVIII), algumas das quais isoladas por questões de salubridade<sup>22</sup>.

Assim, desde os primeiros anos do século XVI, a face nascente do Rossio era continuamente edificada, composta pelos dormitórios e demais dependências do Convento de São Domingos e pela frontaria do hospital, tudo assente sobre arcos<sup>23</sup> que acolhiam cerca de duas centenas de pequenas lojas portáteis<sup>24</sup>, e a Ermida de Nossa Senhora do Amparo (Figura 2). Sobre os arcos, o edifício desenvolvia-se em dois pisos voltados “para o Rossio (com as suas janelas geminadas e loggias, bem ao gosto da arquitectura doméstica quinhentista) e para a Rua da Betesga, [que] constituíam por certo, as habitações dos funcionários do hospital que tinham, por disposição do *Regimento*, direito a nele habitar”<sup>25</sup>. O acesso à sua grandiosa igreja era feito por meio de uma massiva escadaria de pedra com 21 degraus de três faces que se iam estreitando até culminarem num tabuleiro ao nível do piso do templo, ao qual se acedia “por hum portal de obra muy custosa, todo de pedraria lavrada, que o faz ser hum dos melhores, que ha neste Reyno”<sup>26</sup> e o elemento distintivo do edifício.

Seriam estas a configuração e a implantação que o Hospital Real de Todos-os-Santos manteria durante pouco mais de dois séculos e meio, tornando-se num dos mais icónicos referentes da Lisboa moderna.



Figura 2 *Hospital Real de Todos os Santos*, painel de azulejos. Mestre P.M.P. (atribuído), séc. XVIII (1.º quartel). Museu da Cidade, MC.AZU.74.

<sup>22</sup> Sobre as instalações hospitalares, consultar MOITA, Irisalva – O Hospital Real de Todos-os-Santos: enfermarias – aposentadorias – serviços. In PEREIRA, Paulo, dir. – *Hospital Real de Todos-os-Santos: 500 Anos*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p. 40-48.

<sup>23</sup> Existe uma crónica falta de consenso entre as fontes (tanto escritas como iconográficas) no que concerne ao número de arcos. Seriam provavelmente cerca de 25, dois terços dos quais pertencentes ao hospital. Esta opção terá sido tomada devido aos crónicos problemas com a humidade no solo do local, que inclusivamente obrigava a que as obras de edificação ocorressem em determinados momentos do ano.

<sup>24</sup> “N’essa arcada muitos mercadores possuíam armários e balcões fechados, de que pagavam renda ao hospital, e onde vendiam ao povo toda a sorte de pannos de linho, canequim, cassa e olanda, linhos, rendas, tranças, franjas e outras coisas semelhantes, além de artigos de calçado e estopa; e na escadaria da egreja [...] tinham poiso certo os cegos distribuidores e pregoeiros ambulantes de papeis e novidades” (CASTILHO, Júlio de – *Lisboa Antiga*. Lisboa: Bertrand. 2ª ed. 1904. p. 197).

<sup>25</sup> LEITE, Ana Cristina – O Hospital Real de Todos-os-Santos. In PEREIRA, Paulo, dir. – *op. cit.*, p. 11.

<sup>26</sup> COSTA, António Carvalho da – *Corographia Portuguesa...* Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III, p. 396.

## 2) OS DERRADEIROS ANOS DO HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS

O momento de charneira da história deste lugar é, assim, o da assinatura da carta régia de doação da Igreja e Colégio de Santo Antão ao Hospital Real de Todos-os-Santos, a 26 de setembro de 1769, cerca de uma década depois da expulsão do país dos padres da Companhia de Jesus, os proprietários originais do edifício.

Considerando não poder

dar aplicação mais pia à mesma Igreja e Colégio do que fazer dela doação ao Hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa [...] [devido] ao estrago do terramoto do ano de mil setecentos cinquenta e cinco se incendiou e reduziu a cinzas a sua Igreja e Hospital e se acha[r] na maior urgência de ter casa própria com a largueza e comodidade que é precisa [...] [D. José doou] tudo o mais que se acha[va] dos muros da dita casa para dentro, sem limitação alguma<sup>27</sup>.

Mais do que uma mera carta de doação de um novo edifício a uma antiga instituição, o monarca procurou também promover a rentabilização dos terrenos do antigo hospital, que deveriam ser vendidos para custear as obras das novas acomodações, numa situação em tudo semelhante ao que no ano anterior havia já ocorrido aquando da cedência da (também primitivamente jesuíta) Casa Professa de São Roque à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa<sup>28</sup>. Este documento de doação menciona a existência de duas plantas (uma dos terrenos do antigo hospital e outra do edifício do futuro Hospital Real de São José) que permanecem desconhecidas. A forma como, apenas dois dias depois, o Conde de Oeiras emite uma detalhada “ordem sobre a forma de fazer as obras [em Santo Antão] e quem as dirige” demonstra tratar-se de um assunto que estaria a ser longamente maturado e discutido. Mais do que a ordem régia, este documento é fundamental para compreender as motivações e a forma como deveriam processar-se as obras e a subsequente passagem dos serviços, principiando com uma menção ao facto de “nunca ser conveniente nem conforme ao costume das outras cortes que se fabricasse [o hospital] no interior da cidade capital destes Reinos”<sup>29</sup>. Na verdade, a localização do primitivo hospital num local tido como insalubre tinha sido posta em causa diversas vezes ao longo do último século e meio, nomeadamente por Filipe III em 1626<sup>30</sup> ou por Ribeiro Sanches que, no seu *Tratado de conservação da saúde dos Povos* [publicado em 1756],

[...] apontava como um dos maiores erros da construção dos hospitais antigos, a sua localização nas zonas baixas e centrais das cidades onde os ares pútridos, que impossibilitavam a cura dos enfermos<sup>31</sup>.

Eixo definidor do planeamento de uma Baixa Pombalina de ruas largas e retílineas que contrastavam com o labiríntico traçado dos arruamentos medievais, não parece possível aferir com total segurança que a questão da salubridade justifique, por si só, a transferência do hospital. Na verdade, este processo de transferência do hospital não é linear nem óbvio, pelo que qualquer proposta tenderá a ser apenas conjectural. Como tal, e para o melhor compreender, importa começar por recuar um pouco no tempo.

### CINCO ANOS, DUAS CATÁSTROFES, UM HOSPITAL (1750-1755)

O desconforto indiciado pela forma como, pelo menos desde o início do século XVII, foi paulatinamente colocado em questão o local da implantação do hospital não parece ter sido acompanhado por uma efetiva preocupação em o resolver. Apesar do crónico *déficit* financeiro e do número de camas, não existem indícios de que, em algum

<sup>27</sup> Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (AHSCML), Carta Régia de 26 de setembro de 1769. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/022.

<sup>28</sup> AHSCML, Carta Régia de 8 de fevereiro de 1768. PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/012.

<sup>29</sup> AHSCML, Aviso Régio de 27 de setembro de 1769. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/023.

<sup>30</sup> Em carta de 16 de julho de 1626 é aludido o conteúdo de uma outra, datada de 7 de março do mesmo ano (cujo paradeiro se desconhece), na qual Filipe III levanta a possibilidade de “mudar [o Hospital] para outro sítio mais são”. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Chancelaria Régia, Livro 1º de Filipe III, f. 77-77v.

<sup>31</sup> CARREIRA, Adélia Caldas – *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano*. Lisboa: [s.n.], 2012. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 277.

momento, a transferência para um novo local tivesse sido detalhadamente estudada. Parece prová-lo a forma como não houve qualquer tentativa de aproveitamento da destruição provocada pelo grande incêndio da madrugada de 10 de agosto de 1750 para cumprir qualquer ensejo nesse sentido. De modo a compreender a magnitude do desastre deste dia, socorremo-nos da *Relação Verdadeira e Individual do formidável incendio, que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa...*, aquela que será possivelmente a mais fidedigna fonte de informação para perceber a gravidade e alcance das chamas, assim como a composição do edifício em meados de Setecentos. Este documento detalha o início do incêndio, pelas “tres da manhã [...] em húas poucas de apáras das obras, nas casas que chamaõ das tinas, que he aonde se aqueuta agua para os banhos dos doentes”<sup>32</sup>, relatando também a forma como os religiosos dominicanos e camilos (“que não cessavão de acudir com agua, que trazião a seus hombros”<sup>33</sup>) contribuíram para reduzir as chamas de certas zonas do convento, nomeadamente o dormitório e enfermaria de São Camilo e a “selectíssima” biblioteca. Existe ainda uma ampla descrição do importante apoio que a demais comunidade religiosa e laica da cidade empreendeu de modo a evitar uma propagação mais efetiva e gravosa das chamas, o que pode explicar a forma como estas pouparam o vizinho convento.

No rescaldo do incêndio, o grande edifício do Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa encontrava-se praticamente destruído, tendo apenas sobrado intacta a enfermaria de São Camilo, construída no reinado de D. João V. Da igreja, restou pouco mais do que a imponente fachada manuelina, miraculosamente intacta à semelhança do que já se havia verificado aquando do incêndio de 27 de outubro de 1601. Sendo um dos mais importantes e emblemáticos edifícios da cidade, rapidamente foi formulado um ambicioso plano de reconstrução e ampliação<sup>34</sup>, iniciado com o levantamento que resultou na *Planta Topographica, e exacta do Sitio, que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade; o Convento de São Domingos, e Cazas asim do Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Marquês de Cascais...*<sup>35</sup> (ver Figura 3). Trata-se do mais importante documento para compreender a forma como a *Ilha* então se encontrava dividida e qual a extensão do terreno de cada um dos seus componentes, podendo verificar-se que o Palácio dos Marqueses de Cascais se encontrava maioritariamente encerrado no interior do quarteirão por “casas particulares” com frente para as ruas dos Alamos, Borratém e Betesga. Por serem consideradas necessárias para a concretização do plano de ampliação do arruinado hospital<sup>36</sup>, as que se encontravam voltadas para as duas últimas foram adquiridas, em número de quatorze e depois de avaliadas em 39:202\$900, por ordem do Decreto de D. José datado de 6 de julho de 1752<sup>37</sup>.

<sup>32</sup> *Relação verdadeira e individual do formidável incendio, que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da cidade de Lisboa, em 10 de Agosto, deste anno de 1750*. Lisboa: Oficina de Manoel Soares, 1750.

<sup>33</sup> *Idem*.

<sup>34</sup> Existem também diversas notícias sobre obras avulsas, de carácter prático, nomeadamente a “demolição de algumas paredes que ameaçam ruina” (AML, Livro 1<sup>o</sup> de consultas e decretos e avisos de D. José, f. 9-9v, 12/08/1750) e a “abertura de uma porta do lado do Rossio por baixo de um dos arcos [...] para o bom serviço do hospital (AML, Livro 2<sup>o</sup> de consultas, decretos e avisos de D. José, f. 85-85v, 28/06/1751).

<sup>35</sup> BNP, Iconografia D.100R – <http://purl.pt/22488>.

<sup>36</sup> As escrituras de venda destas propriedades foram celebradas entre 1 e 8 de agosto de 1752, sendo através delas possível saber as características de cada edifício, respetivos proprietários e valor pago por cada uma (ANTT, Hospital de S. José, liv. 1107, f. 1-84).

<sup>37</sup> ANTT, Hospital de S. José, liv. 1107, f. 1-3.



**Figura 3** *Planta Topographica, e exacta do Sítio, que comprehende a Ilha em que estava edificad o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade; o Convento de São Domingos, e Cazas assim do Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Marquês de Cascais[...].* Filipe Rodrigues de Oliveira, 1750. Biblioteca Nacional de Portugal, <http://purl.pt/22488>.

A forma sequencial como, em pouco mais de uma semana, todas as escrituras de aquisição foram assinadas (pelo exato valor da avaliação) reflete um processo solidamente conduzido que, ainda assim, encontraria dificuldades na resolução da aquisição do mencionado palácio (pertença do Marquês do Lourical, o então representante da Casa de Cascais), peça-chave na concretização deste ambicioso plano. Decorreriam mais de dois anos até à assinatura da escritura de venda deste edifício (a 27 de setembro de 1754), uma vez mais pelo valor da avaliação, 48:000\$00. Contrariamente às demais propriedades, a compra foi feita pela

subroga[ção de] um padram de juro perpetuo de capital do predio em que fossem avaliadas as ditas cazas que lhe mandou a passar para lhe ser pago o juro do capital a sinco por cento ou vinte o milhar pellos rendimentos da fazenda real<sup>38</sup>.

O edifício era então descrito como

humas cazas grandes [...] junto ao Posso do borraratem [...] as quaes constam de sinco pavimentos em que entra o terreo ou inferior em que ha varias cazas, logeas, almazens, cocheiras, cazas de creados, cavalharice, palheiro, celeyro e outras muntas acomodações a roda do primeyro pateo que da entrada as dittas cazas e do segundo que que servia de picadeiro, e anexas a estas casas ha o quarto chamado pequeno [...] em que ha varias cazas assim terreas como altas [...] sobre a rua que vay para a Mouraria em que ha algumas cazas e outras que correm athe ao cunhal da Rua de Sam Pedro Martir com sua logeas, e outras que ficam na rua direita que vay para a Mouraria que andavam de aluguer e

<sup>38</sup> Idem, f. 106.



no ditto quarto pequeno ha huma capella do orago = Sam Matheos, e sam Eutropio com cazas do servisso da mesma capella e outros sim mais humas cazas pequenas com serventia para a Rua dos Alamos que se compõem de logeas e hum andar que tambem andavam alugadas que sam pertenças das cazas grandes [que andavam vinculadas ao Morgado de Santo Eutropio.] [...] [Foram também incluídas] humas pequenas [casas] sobre o cano real no fim da rua dos Canos junto ao muro de Sam Domingos que se compoem de doys andares e logeas com seus sobrados [avaliadas separadamente em 2:200\$00]<sup>39</sup>.

Desconhece-se a forma como estava planeada a reconstrução e ampliação do edifício do hospital, escudada pela avultada soma deixada para o efeito por Lourenço de Amorim Costa (1681-1752) no seu testamento<sup>40</sup>. As obras terão começado pouco depois do incêndio, antes mesmo da aquisição das propriedades anteriormente mencionadas. O desaparecimento, aquando do Terramoto de 1755, de grande parte da documentação referente a estas obriga à recolha e utilização de dados avulsos, ainda assim reveladores de uma empreitada em larga escala: em dezembro de 1752 surgem referências aos gastos feitos nas enfermarias e às “mil camas que [o Enfermeiro-Mor do Hospital] mandou principiar”<sup>41</sup> e que o Rei insta a concluir. Em meados de 1755, estavam a ser despendidas substanciais verbas com “reparos” do hospital e no “Hospício dos padres Camilos”, onde trabalhou Manuel Gonçalves Vital, mestre pintor, que recebeu quase 270\$00 por mês e meio de trabalho no final do primeiro semestre de 1755<sup>42</sup>. No entanto, grande parte do plano terá ficado por concretizar, visto que, em novembro seguinte, o pouco que havia sido poupado cinco anos antes foi destruído por um terramoto de grande magnitude seguido de incêndio. Uma vez mais, a fachada manuelina da igreja sobreviveu – cairia apenas alguns anos depois, por ação do homem.

### ...CUIDAR DOS VIVOS (1755-1789)

Com uma substancial parte da cidade profundamente derruída e queimada, importava *cuidar dos vivos e enterrar os mortos*, frase-chavão que ficou indelevelmente associada à *reconstrução pombalina* mas que, em bom rigor, se desconhece se terá efetivamente sido proferida. No entanto, real ou fruto de uma construção mítica subsequente, descreve como poucas o processo que se seguiu ao Terramoto de 1 de novembro de 1755.

Algumas das primeiras medidas foram tomadas para providenciar uma acomodação temporária dos doentes do hospital e dos muitos feridos que a catástrofe provocou<sup>43</sup> e que nos primeiros dias permaneceram no centro do Rossio. Perante a necessidade de reerguer a cidade, a Manuel da Maia (1677-1768), Engenheiro-Mor do Reino, afiguraram-se cinco grandes possibilidades de ação<sup>44</sup>: o “primeiro modo” limitava a restituir a cidade “ao seu antigo estado, levantando os edifícios nas suas antigas alturas, e as ruas nas suas mesmas larguras”, o segundo a “levanta[r] os edifícios nas suas antigas alturas, e mudando as ruas estreitas em ruas largas”, “o terceiro modo, [a] diminui[r] as alturas a dous pavimentos sobre o térreo, e mudando as ruas estreitas em largas”, “o quarto modo [passava por] arrasa[r] toda a Cidade baixa, levantando-a com os entulhos, suavizando assim as subidas para as partes altas, e fazendo descenso para o mar com melhor correnteza das águas, formando novas ruas com liberdade competente, tanto na largura, como na altura dos edifícios que nunca poderá exceder a largura das ruas” e “o quinto modo [por] despreza[r a] Lisboa arruinada, e formando outra de novo desde Alcântara

<sup>39</sup> Idem, f. 103v-105.

<sup>40</sup> Nascido em Ponte de Lima, fez fortuna nas minas do Brasil. Legou várias dezenas de contos de réis para a reconstrução do edifício do hospital.

<sup>41</sup> ANTT, Hospital de S. José, liv. 943, f. 1.

<sup>42</sup> ANTT, Hospital de S. José, liv. 921, f. 181.

<sup>43</sup> Nas casas de Dom Antão de Almada e nos celeiros do Conde de Castelo Melhor e do Mosteiro de São Bento da Saúde.

<sup>44</sup> Esta questão é originalmente aprofundada em FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1977.

até Pedrouços”<sup>45</sup>. Assim o equacionou no princípio de dezembro de 1755, na primeira das três partes das suas *Dissertações*, nas quais enunciou os fundamentos para a intervenção na Lisboa pós-terramoto. Definiria melhor esta questão ao longo das seguintes partes, revelando uma preferência pelo quarto modo que

não só atend[ia] [...] à prevenção de semelhante flagelo, assim na abreviação da altura das casas, como na largura das ruas, mas a facilitar a difícil acomodação dos desentulhos, servindo-se deles para suavizar a aspereza das serventias da Cidade baixa para a alta, e expelindo também as águas com melhor êxito para o mar, livrando Lisboa baixa das inundações que [até então] padec[ia] em ocasiões de maré cheia<sup>46</sup>.

Manuel da Maia encarrega alguns dos seus melhores técnicos e ajudantes para delinear três planos para a cidade baixa, que de pronto passaram a seis. Com base em indicações precisas sobre a especificidade que cada estudo deveria ter, surgiram assim seis plantas para a cidade baixa que refletiam diferentes filosofias e graus de intervenção, desde a simples emenda de ruas pré-existentes à total “liberdade possível, sem atender à conservação dos sítios das Igrejas Paroquias para que, no caso de não servir de embaraço, a tal mudança possa também entrar na conta dos pensamentos ponderados”<sup>47</sup>. Uma intervenção no Rossio encontrava-se contemplada em quatro das plantas, embora apenas metade destas considerassem a regularização da face poente: a planta 4, a de maior liberdade e da autoria de Pedro Gualter da Fonseca, regularizava toda a área da *Ilha*, dividindo-a em nove quarteirões (cinco dos quais no local do Hospital, que deveria desaparecer), o maior dos quais ocupado pelo Convento de São Domingos, que passaria a contar com uma nova igreja, à face da praça. Da autoria de Eugénio dos Santos (1711-1760), a planta 5 visava uma profunda regularização dos alinhamentos da praça, implicando a redistribuição das propriedades do convento e do hospital, entre as quais se deveria rasgar um novo arruamento<sup>48</sup>. A escolha deste plano para a nova *Lisboa Pombalina* marcou o início da fragmentação da *Ilha* em “Arquipélago”, cuja tendência seria uma constante ao longo do século seguinte.

A leitura destas seis plantas permite compreender que, uma vez mais, perante a enorme oportunidade aberta por uma catástrofe, nem num plano meramente teórico foi fortemente defendida uma realocação do hospital que dissipasse as crónicas dúvidas com a sua pouca implantação. Na verdade, este facto parece entroncar na filosofia seguida para a reconstrução da cidade que não parecia contemplar profundas realocações de serviços públicos nem a edificação de grandes construções para os albergar. Na primeira *Dissertação*, Manuel da Maia ainda ensaia algumas ideias neste sentido (nomeadamente a da própria construção de um novo hospital, a São Bento), abandonando-as progressivamente à exceção da férrea convicção na necessidade de um novo palácio real, entre São João dos Bencasados e o Convento beneditino da Estrela – contrariando a resolução régia de 2 de julho de 1759, o palácio acabaria por não ser construído. Por seu turno, a urgência de novos edifícios para os tribunais públicos seria suprida com a sua passagem para o local do antigo Paço da Ribeira<sup>49</sup>, mantendo a necessária proximidade ao rio. Assim, a manutenção do hospital ao Rossio parece enquadrar-se na lógica urbanística vigente, ampliada pela crónica questão financeira que tende a justificar a maioria das opções tomadas em Lisboa ao longo dos séculos. Não é possível, pois, desprezar a imensa dificuldade material, humana e financeira que constituiria a construção de um novo edifício de raiz que pudesse albergar todos os serviços de um grande hospital; nem o facto de, pouco antes, a coroa portuguesa ter despendido quase 90 contos de réis na aquisição das propriedades necessárias para a ampliação do edifício existente. A equação de uma transferência teria, assim, que confrontar todos estes pontos.

<sup>45</sup> Dissertação de Manuel da Maia – Primeira Parte (original desaparecido). Transcrito em FRANÇA, José-Augusto – *op. cit.*, p. 291-295.

<sup>46</sup> *Idem*, p. 292.

<sup>47</sup> Dissertação de Manuel da Maia – Terceira Parte. Transcrito em FRANÇA, José-Augusto – *op. cit.*, p. 307.

<sup>48</sup> Desconhece-se o paradeiro desta planta. Em 1950, Vieira da Silva publicou uma cópia de uma planta semelhante (SILVA, A. Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950. p. 19, planta 2), assinada por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel (1695/6-1763) (Figura 4). Segundo o olisipógrafo, esta segunda planta, “se não é o desenvolvimento ou ampliação do projecto n.º 5 [...], talvez seja aquela a que se refere o decreto de 12 de Junho de 1758, ou mais provavelmente o de 19 do mesmo mês, conquanto não corresponda exactamente ao plano que foi executado, o que seria devido, porventura, a alterações ulteriormente aprovadas” (SILVA, Vieira da – *op. cit.*, p. 37).

<sup>49</sup> Do “velho Terreiro do Paço [...] saiu o Paço, mas confirmou-se e reafirmou-se no local o Poder, quer nas funções, quer na estátua que a tonifica em praça real, pese embora do Comércio e não do rei” (ROSSA, Walter – No 1º Plano. In ROSSA, Walter; TOSTÕES, Ana, coord. – *Lisboa 1758: o plano da Baixa Hoje*. Lisboa: Câmara Municipal, 2008. p. 59).

A escolha da planta 5 acabaria por constituir um meio-termo entre a simples reconstrução das construções da *Ilha* e o seu total arrasamento, uma vez que previa a manutenção parcial do edificado acompanhada por um novo alinhamento e desenho das respetivas fachadas. [...] [S]obre as dúvidas, que se devem evacuar, para se dar principio á Praça do Rocio, foi, a 19 de junho de 1759, redigido um conjunto de instruções que definiram pormenorizadamente a forma como os terrenos deveriam ser esquadrihados e divididos para serem edificados. A *Ilha* seria regularizada a norte pela abertura de uma nova “Rua magnífica” de ligação do Rossio à Rua Nova da Palma<sup>50</sup>, “que sai[ria] da mesma Praça [do Rossio] pelo lado Setentrional do Convento de São Domingos [...] sem atenção a que seja o Terreno e o Adro dos Padres”<sup>51</sup>. Duas outras ruas se abririam no seu interior: uma, de quarenta palmos e perpendicular ao Rossio que, dividindo as propriedades dos dominicanos das do hospital, deveria “sair à Rua direita que vai do Poço do Borratem para as Portas da Mouraria”<sup>52</sup> (eixo atualmente composto pela Rua do Amparo, face norte da Praça da Figueira e Rua João das Regras); e outra, à ilharga do convento, unindo as duas novas ruas (Travessa do Amparo<sup>53</sup>). Pela primeira vez desde o século XV, o Convento de São Domingos ficava totalmente isolado do demais edificado, passando o perímetro do seu terreno a ser composto pelos novos arruamentos. Por seu turno, do lado sul, a Rua da Betesga seria alargada e regularizada. De modo a corrigir o irregular formato quadrilateral da Praça do Rossio, optou-se por emendar a orientação e avançar a implantação dos edifícios a si voltados, o que acentuou o recuo da igreja dominicana, a única construção daquela face a manter o alinhamento original. De modo a serem ressarcidos dos terrenos desapossados pela abertura das novas ruas, considerou-se que o convento e o hospital seriam devidamente compensados pela área ganha na frente do Rossio e pelo potencial rendimento que poderiam retirar “das lojas, que devem fazer no lugar onde antes estavam os Arcos do Rossio”<sup>54</sup> e pelas “frentes preciosas” que ganhavam voltadas a “boas ruas novas”.



**Figura 4** Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada, também segundo o novo alinhamento dos Arquitectos Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel. In SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*, Planta n.º 2. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/11/456/02.

<sup>50</sup> Então designada por Travessa de São Domingos, esta nova rua corresponde à atual Rua de Barros Queirós.

<sup>51</sup> *Instruções sobre as dúvidas, que se devem evacuar, para se dar principio á Praça do Rocio*. Lisboa: Impresso Avulso, 1759.

<sup>52</sup> *Idem*.

<sup>53</sup> Esta rua desapareceu no século XIX, sendo substituída pela atual Rua Dom Duarte aberta alguns metros a poente.

<sup>54</sup> *Instruções sobre as dúvidas...*

Acompanhando a nova feição urbana do Rossio, a arquitetura foi também alvo de rigorosa regulamentação. À semelhança da zona baixa da cidade, para a Praça do Rossio foram delineadas regras estilísticas vertidas em desenhos que deveriam servir de referência a todas as futuras construções. Assim, à semelhança do novo edificado particular, também o convento e o hospital deveriam seguir as regras do *Cartulário Pombalino*<sup>55</sup> e com isso serem encerrados na “caixa» pragmática da arquitectura pombalina”<sup>56</sup>. Por ficar implantada numa posição recuada, a igreja do convento pôde manter as suas características definidoras de templo católico, sendo inclusivamente embelezada e barroquizada. Por oposição, toda a fachada nascente do Rossio deveria seguir o desenho nº 23 do *Cartulário* (ver Figura 5), pressupondo a construção de dois quarteirões com cinco edifícios cada, separados por pilastras, que deveriam seguir a métrica de vãos 3-6-9-6-3.

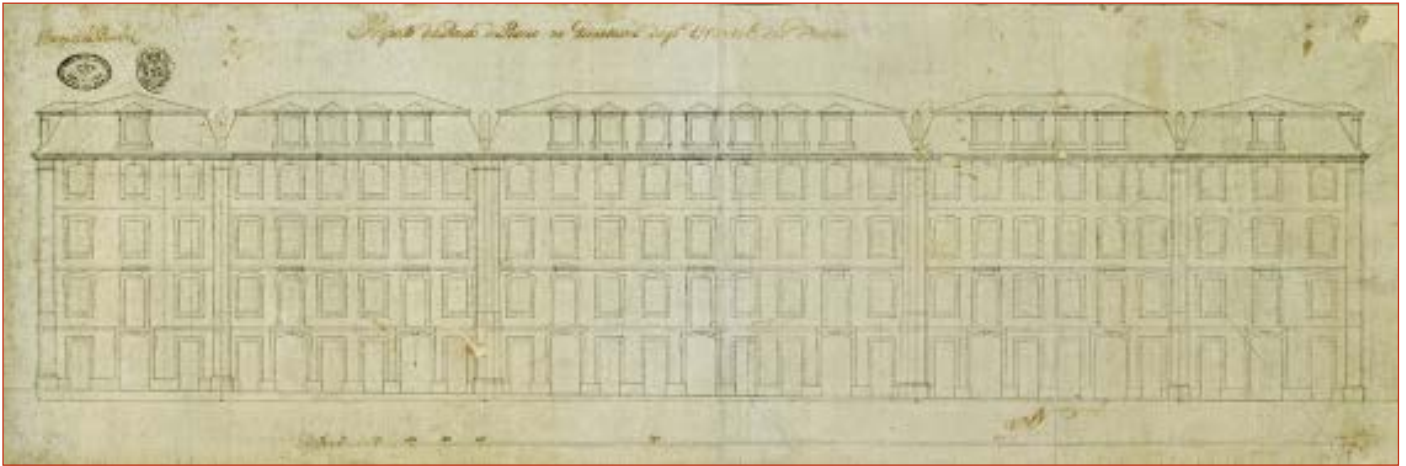


Figura 5 *Prospecto da Praça do Rossio no Quarteirão da 1ª oriental da Praça. Cartulário Pombalino, c.177?. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/01/023.*

Esta opção de “encartular” edifícios religiosos estendia-se a outras áreas do centro da cidade. A implantação de cinco outros conventos reconstruídos no pós-terramoto<sup>57</sup> sofreu uma sensível alteração para uma melhor integração na nova malha urbana, o que obrigou a uma total ou parcial regularização dos quarteirões onde se inseriam e à reconstrução dos edifícios respeitando o desenho do cartulário. Menos comum foi a adoção de um programa do género num grande edifício civil, ainda que o caso do Hospital não seja o único conhecido<sup>58</sup>. Embora não existam dados a este respeito, é altamente provável que, a par da fachada voltada para o Rossio, estivesse previsto que toda a reedificação da frontaria da Rua da Betesga seguisse também os princípios do *Cartulário Pombalino*. Perante a potencial perda dos seus elementos definidores (nomeadamente dos arcos sobre os quais assentava, da escadaria monumental e da quinhentista fachada da igreja, profusamente decorada) o Hospital Real de Todos-os-Santos estaria prestes a ficar privado da sua identidade e a constituir-se como mais um edifício num emaranhado reticular de outras construções “encartuladas”. No entanto, este plano, em particular, nunca chegou a ser cumprido.

Ao longo das semanas que se seguiram ao terramoto, foram tomadas rápidas diligências para uma reconstrução do edifício que, numa primeira fase, permitisse o regresso dos doentes entretanto espalhados por diversos

<sup>55</sup> “Trata-se [...] de um conjunto de 70 alçados para a reconstrução da cidade de Lisboa, segundo as directivas programáticas do Marquês de Pombal [...] [encontrando-se todas as peças] numerad[a]s sequencialmente.” (CAESSA, Ana - *Cartulário Pombalino: da Casa do Risco ao Arquivo Municipal de Lisboa*. In VIEGAS, Inês, coord. - *Cartulário Pombalino: colecção de 70 prospectos (1758-1846)*. Lisboa: Câmara Municipal, 2005. p. 18).

<sup>56</sup> SILVA, Raquel Henriques da - *Lisboa Reconstruída e Ampliada (1758-1903)*. In ROSSA, Walter e TOSTÕES, Ana, coord. - *op. cit.*, p. 132.

<sup>57</sup> Boa Hora, Corpo Santo, Corpus Christi, Santíssima Trindade e São Camilo de Lelis (este último adiante abordado). Esta questão é mais profundamente abordada em LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia - *A Lisboa dos conventos: permanências e metamorfoses*. In SEIXAS, João, coord. - *Projeções de Lisboa: utopias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*. Lisboa: Caleidoscópio, 2018. p. 86-111.

<sup>58</sup> O mesmo também se verificou com o novo desenho do Palácio da Inquisição, implantado no topo norte da Praça do Rossio (AML, *Cartulário Pombalino, Prospecto do lado do Norte da Praça do Rossio [...]* assim como também os prospectos do edifício da Inquisição - PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/01/065; e RIJO, Delminda - *Palácio dos Estaus de Hospedaria Real a Palácio da Inquisição e Tribunal do Santo Ofício. Cadernos do Arquivo Municipal. 2ª Série Nº 5* (jan.-jun. 2016), p. 19-49).



edifícios dispersos pela cidade. Não existem dados concretos que permitam compreender de que forma o plano de redesenho e regularização do alinhamento das fachadas colidia com o projeto delineado no pós-incêndio de 1750, que se admite que se mantivesse atual e em vias de ainda poder ser seguido – poderia ser aproveitado com alterações ou teria que ser totalmente reequacionado?<sup>59</sup> Tão pouco se conhece, de forma concreta, o modo como, na transição para 1756, se iniciou a reconstrução do edifício, ainda que tudo pareça indicar que, perante a urgência, se tenha optado pela construção de estruturas provisórias no interior do quarteirão antes de se poder avançar para construções mais duradouras. A maioria das novas construções seria integral ou parcialmente construída de madeira<sup>60</sup>, seguindo o que já havia sido executado logo após o incêndio de 1750, altura em que se “fizeraão a toda a pressa enfermarias de frontal interinas [...] [e que] depois do terremoto [se] restabeleceraõ [...] e dellas se serviraõ”<sup>61</sup>, pelo que é com total naturalidade que, em final de 1774, ainda surja referência à “barraca que serve interinamente de Hospital Real de Todos os Santos”<sup>62</sup>. Do mesmo modo, toda a face sul da Rua Nova do Amparo era constituída por um amontado de barracas e “estanceas” (locais onde se vendia madeira) arrendadas pelo Hospital<sup>63</sup>. No entanto, diversos dados soltos permitem perceber o aproveitamento de alguns edifícios arruinados<sup>64</sup>, prevendo-se em maio de 1756 fazerem-se “os consertos das duas enfermarias de São Camilo e São Francisco”<sup>65</sup>, numa altura em que quatro novas “enfermarias térreas” já se encontravam concluídas e prontas a receber os doentes<sup>66</sup>. Por seu turno, os religiosos de São Camilo de Lelis mantinham-se desde 1754 em acomodações que correspondiam ao antigo palácio dos Marqueses de Cascais, a parte do hospital que menos terá sofrido com o terramoto<sup>67</sup>.

O vizinho Convento de São Domingos também tinha sido profundamente afetado pelo terramoto e pelo incêndio subsequente. Os seus livros de despesa demonstram que as obras de reconstrução terão sido iniciadas logo em novembro de 1755, embora os pagamentos das diferentes despesas começassem apenas no mês seguinte. No remanescente da década, as intervenções terão essencialmente passado pela consolidação do edificado e pela dotação de condições mínimas de habitabilidade. Em março de 1760, os religiosos começaram a proceder ao desentulhamento dos Arcos do Rossio<sup>68</sup> (cujo entulho “se mandou conduzir para o meyo do Rocio”<sup>69</sup>), motivados pela necessidade de retirar daí “hum infame estabulo de mulheres perdidas, que agregadas a outros tantos ladrões, so servião de infamar a reputação do Convento, e roubar de noute as pessoas que passavão por aquelle citio, ou discuidadas, ou ignorantes do perigo”<sup>70</sup>. Rapidamente os dominicanos encontraram uma outra motivação

<sup>59</sup> São conhecidos poucos dados acerca da reconstrução do edifício. Os livros de receita e despesa do hospital do período compreendido entre 1755 e 1771 (ANTT, Hospital de S. José, Livros 921-936, 4776 e 9523) limitam-se a registar obras correntes de pequena monta, invariavelmente descritas como *reparos*.

<sup>60</sup> Para se cubrirem, mandou D. José reaproveitar “a telha, que se acha[va] nas ruínas das casas, que serviraõ de Thesouro no Castelo de S. Jorge” (FREIRE, Francisco José – *Memória das principais providencias que se derão no Terramoto...* Lisboa: [s.n.], 1758. p. 90).

<sup>61</sup> SACRAMENTO, Frei António do – *Memórias curiosas em que por estes annos de 1778 se acham as principaes cousas da Corte de Lisboa*. Lisboa: Officina do Tombo Histórico, 1929. p. 14.

<sup>62</sup> AHSCML, Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 23 de dezembro de 1774. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/039.

<sup>63</sup> ANTT, Hospital de S. José, Livros 4776 e 9523.

<sup>64</sup> Existe também menção às despesas feitas com a *reedificação da igreja* no período compreendido entre 1759 e 1764 (MACHADO, Jorge Francisco – *Breve Relação das Rendas e Despezas do Hospital Real de Todos os Santos...* Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1765).

<sup>65</sup> ANTT, Hospital de S. José, lv. 943, f. 16v-17. Pela planta resultante do levantamento de 1750 é possível observar que a área ocupada pelo edifício a norte da cabeceira da igreja era manifestamente maior do que no século XVI, englobando grande parte do espaço originalmente destinado a hortas. A falta de terreno para construção de novos edifícios, mesmo que de madeira, parece indicar que a progressiva reconstrução do hospital no pós-terramoto terá também sido feita à custa do reaproveitamento de alguns dos espaços de alvenaria em funcionamento até 1750.

<sup>66</sup> Em poucos anos, o número de enfermarias do hospital aumentou até um número próximo ao das existentes no final da primeira metade de Setecentos (PEREIRA, Paulo, dir – *op. cit.*, p. 76-77).

<sup>67</sup> Embora só tivessem delas tomada posse após a transferência do Hospital para Santo Antão – até então, os edifícios eram propriedade hospitalar.

<sup>68</sup> Apesar de aparentemente simples, esta obra seria embargada por duas vezes.

<sup>69</sup> ANTT, Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos de Lisboa. liv. 89, f. 1.

<sup>70</sup> *Idem*, f. 3.

para esta empreitada, uma vez que “desentulhados os arcos[,] acodio o povo para os alugar”<sup>71</sup>, ocasionando um rendimento anual de 700 mil réis, precioso num período de carestia. Quase em simultâneo, desentulharam também a igreja para o início da construção do novo templo. No entanto, a coincidência cronológica desta obra com o começo da edificação do novo dormitório<sup>72</sup>, a partir de abril de 1761, acarretou dificuldades financeiras e técnicas à concretização de ambas, obrigando à interrupção da última, um ano depois do seu início. De modo a evitar “não só o damno de se arruinaem aquellas novas paredes com a inclemencia do seguinte inverno, mas tambem, pod[er] adquerir alguns alugueis que servisem para o pagamento do juro”<sup>73</sup> dos empréstimos pedidos para a construção, os dominicanos optaram por “cobrir a obra”, possivelmente com uma estrutura de madeira, construindo algumas lojas no piso térreo do edifício voltado ao adro e “por tras da igreja”, que prontamente alugaram. As obras continuaram ao longo da década de 1760, constatando-se um significativo acréscimo do valor com elas gasto no triénio 1764-1766<sup>74</sup>. Entroncando na ausência de recibos de aluguer dos nove arcos dominicanos no Rossio a partir de dezembro de 1764 (momento a partir do qual apenas passam a ser registados os valores referentes ao aluguer das *logeas* voltadas ao adro), é possível afirmar que, a partir do início do ano seguinte, o avanço da obra do Rossio terá implicado a demolição do remanescente dos antigos edifícios quinhentistas pertencentes ao convento. Em 1769 surge menção ao acabamento da “escada que sobe da portaria para dormitorios e concerto da escada da livraria do convento e tilhados”<sup>75</sup> de uma cela, o que parece apontar para uma fase avançada das obras dos edifícios do Rossio. Ainda assim, a progressiva (re)construção do Convento de São Domingos terá prosseguido de forma consistente, pelo menos, até 1789<sup>76</sup>, registando-se em 1776 a compra de umas impressionantes 2111 carradas de entulho do hospital<sup>77</sup>, possivelmente para empregar nas obras do interior do quarteirão e na construção dos edifícios voltados à recém-aberta Rua do Amparo<sup>78</sup> (Figura 6).



**Figura 6** Igreja e Convento de São Domingos. Pereira, Luis Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Fotografia Estúdio Mário Novais, 1960. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/MNV/001203.

<sup>71</sup> Idem, f. 3.

<sup>72</sup> O primeiro edifício voltado ao Rossio a ser construído pelos dominicanos foi o que ficava mais próximo da sua igreja e do Largo de São Domingos.

<sup>73</sup> Idem, f. 16v-17.

<sup>74</sup> De todos os anos consultados, os dois primeiros foram aqueles em que maior verba foi despendida nesta obra: 1764 - 14:029\$622; 1765 - 20:628\$014; 1766 - 8:182\$481, incluindo pagamento de juros (ANTT, Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos de Lisboa, liv. 106).

<sup>75</sup> Idem.

<sup>76</sup> Entre 1788 e 1789 registou-se um gasto de cerca de 3:000\$000 com a construção do novo refeitório e da livraria (ANTT, Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos de Lisboa, liv. 76). Nas primeiras décadas do século XIX, o convento tinha arrendado um total de 47 lojas voltadas à Rua do Amparo.

<sup>77</sup> AHSCML, Cofre das Obras do novo Hospital, Livro 1, f. 226v.

<sup>78</sup> Assim se chamava, em virtude de ter sido rasgada no enfiamto do local onde, até 1755, se encontrava a Ermida de Nossa Senhora do Amparo, mencionada no final do primeiro capítulo do presente texto.

## UM HOSPITAL QUE SE TRANSFERE, UMA NOVA PRAÇA QUE SE CRIA (1769-1779)

Um hospital abarracado no interior dos seus terrenos e um convento que, com um novo desenho, ao Rossio se reconstruía. Entre ruínas de pedras, construções de madeira e um permanente e atarefado estaleiro, seria esta a realidade da *Ilha* quando, a 26 de setembro de 1769, D. José decide transferir as instalações hospitalares para o antigo colégio jesuíta de Santo Antão<sup>79</sup>.

Um conjunto de circunstâncias parece apontar para que, durante a década que mediou a expulsão dos jesuítas de Portugal (pelo Decreto de 3 de setembro de 1759) e a tomada desta decisão, tenha existido um planeamento longamente amadurecido<sup>80</sup>. Na verdade, um breve prólogo ocorreu logo poucas semanas depois da desocupação do edifício, em cumprimento de uma ordem régia para a passagem de doentes do hospital para o antigo Colégio de Santo Antão, tendo para o efeito o Enfermeiro-Mor ordenado a execução de obras de pequena monta neste último. Tratava-se de “doentes [feridos] que foram prezos para o Collegio de Santo Antao que por ordem de Sua Magestade se foram curar”<sup>81</sup>, possivelmente vindos da Cadeia do Limoeiro, na sequência de uma prática habitual<sup>82</sup>. Logo em dezembro, um conjunto de diligências práticas começam a ser tomadas, de que se destaca o aluguer de quatro seges para transferir os doentes. No mês seguinte encontram-se registos do pagamento à “mulher que lavou a Igreja do Collegio de Santo Antao”<sup>83</sup>, assim como, entre outros, da compra de duas mil varas de pano de berberia, cem cobertores, louça, candeeiros, um turíbulo e uma naveta de latão, o que parece indiciar uma utilização plena do espaço. No entanto, a existência desta enfermaria fora do hospital seria efémera, conforme comprova o pagamento feito em março seguinte ao “arrieyro Joao Dias do aluguel de hua cege que trouce os feridos do Collegio”<sup>84</sup>, coincidindo com a conclusão das obras da enfermaria dos feridos no hospital ao Rossio. Dos livros de receita e despesa do hospital referentes a este ano ou aos seguintes não constam quaisquer outros registos a este respeito, à exceção do pagamento da transferência da antiga botica jesuíta (junho de 1760) e de estantes (março de 1761) para o Hospital Real de Todos-os-Santos. Por si só, a instalação temporária desta enfermaria não permite afirmar que logo em 1759 tenha existido uma ideia concreta para a transferência definitiva do hospital para Santo Antão; no entanto é inegável a forma como desde cedo se percecionou (e se concretizou) a potencialidade do espaço para este fim. Estavam, pois, lançadas as sementes...

Ao longo da década seguinte, o processo de transferência foi sendo sucessivamente aprimorado. Por aviso do Conde de Oeiras datado de 4 de fevereiro de 1764, Caetano Tomás de Sousa (1700-1766) recebeu ordens para “tirar um plano de tudo que pertença ao edifício do Colégio de Santo Antão”<sup>85</sup>. Embora o aviso não discrimine a intenção da ordem, a existência de três plantas de um projeto de reconversão do antigo colégio em hospital assinadas pelo arquiteto<sup>86</sup> parecem inequivocamente demonstrar ser esse o intuito.

<sup>79</sup> Contemporaneamente, também no Porto se providenciava a construção de um novo hospital (Santo António) para substituir o quinhentista da Rua das Flores, por questões de salubridade e exiguidade do espaço original.

<sup>80</sup> Desde logo pela forma como este foi o último dos edifícios jesuítas em Lisboa ao qual foi atribuído um novo uso. O Colégio de São Francisco Xavier foi atribuído para acolher o Recolhimento do Castelo (1759); o Noviciado de Nossa Senhora da Assunção (à Cotovia) para o Colégio dos Nobres (1761); o Noviciado das Missões da Índia (a Arroios) para as religiosas do Convento de Nossa Senhora da Conceição, à Luz (1766); e a Casa Professa de São Roque para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1768). Estes edifícios constituíam algumas das melhores, mais sólidas e ricas construções da cidade, com a vantagem de nenhum ter sido irremediavelmente destruído pelo terramoto.

<sup>81</sup> ANTT, Hospital de S. José, livro 926, f. 8.

<sup>82</sup> Na documentação do século XVIII referente ao Hospital, encontram-se diversas ordens régias para transferência de doentes do Limoeiro para as enfermarias do hospital. Embora não tenha sido possível encontrar a ordem que esteve na base do presente caso, pouco antes, em fevereiro de 1759, D. José ordenou a passagem de um grupo de presos “para o Hospital Real, para o de São João de Deos e para o Tronco” (ANTT, Hospital de S. José, liv. 943, f. 8), devidamente guardados por sentinelas.

<sup>83</sup> ANTT, Hospital de S. José, livro 926, f. 66v.

<sup>84</sup> Idem, f. 68. O facto de se ter alugado apenas uma sege para o retorno dos feridos parece indicar que muitos deles se tivessem, entretanto, curado e regressado à prisão (ou morrido).

<sup>85</sup> Transcrito em VITERBO, Francisco de Sousa – *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. vol. III, p. 108.

<sup>86</sup> BNP, [Projecto do Hospital de São José], Iconografia. D.29R., D.30.R., D.31.R. (anteriormente mencionado por CARREIRA, Adélia Caldas, *op. cit.*, p. 283-288).

O Hospital Real é, pois, transferido num cenário semelhante ao que se verificará de forma massiva noutros contextos a partir de 1834, altura em que muitas das instituições públicas são instaladas nos edifícios das recém-suprimidas casas religiosas da cidade. Pela primeira vez, a cidade dispunha de um edifício vago suficientemente grande para acolher todas as acomodações do hospital, à distância da vontade régia, da elaboração de um projeto de readaptação do espaço e do pagamento da respetiva obra. Depois da tempestade perfeita provocada por duas catástrofes em cinco anos, esta possibilidade constituir-se-ia como a tão desejada bonança. Reunidas as condições, Lisboa teria por fim um novo hospital, seguindo os modernos preceitos ao nível do desenho da planta e local de implantação.

Logo a 2 de outubro de 1769, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) tomou posse do antigo edifício jesuíta. Menos de duas semanas depois, a 16 de outubro, as obras iniciaram-se rápida e sequencialmente, com o envolvimento de mais de uma centena de operários (de entre os quais 8 carpinteiros, 2 equipas de pedreiros e 98 outros trabalhadores). Pelo *Auxiliar da despesa do Cofre das obras do novo Hospital*<sup>87</sup> e por diversos livros de receita e despesa da SCML, é possível traçar um muito rigoroso retrato do modo como as obras decorreram e das verbas despendidas. Com um gasto total de cerca de 137,5 contos de réis<sup>88</sup>, os trabalhos prolongaram-se até outubro de 1777, embora estivessem globalmente concluídos no início de 1775<sup>89</sup>.

Perante a perspetiva de uma realoção a breve trecho, as obras de reconstrução do velho edifício terão sido abandonadas. No entanto, Lisboa era uma cidade em franca recuperação e a Praça do Rossio um dos seus mais nobres locais. É nesse contexto que se dá o curioso caso da venda dos terrenos e início da demolição do antigo edifício antes da transferência dos serviços, ainda com o Hospital Real de Todos-os-Santos em pleno funcionamento. Disso mesmo dá conta, a 27 de março de 1771, a creditação nos livros de despesa da construção do novo Hospital Real da quantia de 7.760\$00 entregue pelo

Padre Procurador Geral dos Conegos Regulares D. Joaquim de Maria Santissima, em nome do Real Mosteiro de Mafra, producto de toda a frente da Praça do Rocio do chão do antigo Hospital Real de Todos os Santos, que comprehende, desde a Travessa nova de S. Domingos até a Rua da Betesga, trezentos outenta e trez palmos de frente com noventa e seis de fundo, que rematou o ditto Padre Procurador Geral pela Inspecção do Bairro do Rocio que hé Inspector e Desembargador Jozé Alberto Leitão, que a respeito de vinte mil reis por palmo<sup>90</sup>.

Para o efeito terá sido levada em consideração a avaliação feita dez anos antes das propriedades do lado poente que, por terem

a vantagem de ficarem logrando da hua rua que lhes fica no fundo para donde podem fazer mais acomodações, dando os proprietarios mayor vallor as propriedades, [...] e [sendo] o mais nobre citio em que pode haver propriedades de particulares, poderá valer um palmo de frente com cem de fundo no Lado do occidente vinte mil reis sem que fique com mais foro algum, pella dita compra<sup>91</sup>.

Estando por esta altura a totalidade dos demais terrenos do Rossio com propriedade definida, a perspetiva de uma saída a breve trecho do edifício hospitalar constituía a derradeira oportunidade para a aquisição de terrenos voltados à praça. No caso do grande lote originalmente destinado à nova frontaria do Hospital Real de Todos-os-Santos, coincide com um momento de particular turbulência para a Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que, ao longo da primeira metade da década de 1770, se encontrava a passar por uma profunda reformulação, que resultou na extinção da maioria das suas casas religiosas em Portugal. À aglutinação, no

<sup>87</sup> AHSCML, *Auxiliar da despesa do Cofre das obras do novo Hospital*. PT-SCMLSB/GF/DP/04/02/Lv001.

<sup>88</sup> Valores por ano (iniciado em julho): 1769-1770: 20:137\$498 // 1770-1771: 18:705\$434 // 1771-1772: 29:459\$937 // 1772-1773: 19:782\$143 // 1773-1774: 1:915\$672 // 1774-1775: 24:521\$932 // 1775-1776: 9:606\$180 // 1776-1777: 1:146\$352; pagamentos liquidados entre 1777 e 1780: 12:259\$112. (AHSCML, *Cofre das Obras do novo Hospital*, Livro 1. PT-SCMLSB/GF/DP/04/01/Lv001).

<sup>89</sup> Não obstante a interrupção de mais de um ano, entre junho de 1773 e agosto de 1774.

<sup>90</sup> AHSCML, *Idem*, f. 42v.

<sup>91</sup> ANTT, *Juizo da Inspecção dos Bairros de Lisboa, Bairro do Rossio*, Livro 12. PT/TT/JIBL/F/012.



Convento de Mafra, dos religiosos dos diversos conventos extintos, seguiu-se a venda dos seus bens “por conta do Estado, e do seu producto he que foi edificado o Palacio chamado da Inquisição, e no que se gastarão 99:200\$00rs e quazi igual quantia nas Cazas do Rocio”<sup>92</sup>. Os trabalhos de construção destas últimas foram iniciados de seguida, tendo os agostinhos erguido cinco novos edifícios, cujo traço de fachada seguia o mesmo desenho do cartulário inicialmente previsto para a reconstrução do hospital. A regularização do lado nascente da Praça do Rossio, com a construção dos novos edifícios a uma cota cerca de dois metros acima da original e algumas dezenas de metros no interior da implantação primitiva da praça, não implicou a demolição do que sobrava da fachada principal do edifício hospitalar, apenas ao desmancho do adro da igreja<sup>93</sup>, por cuja alvenaria “entregou [a 1 de junho seguinte] o Director da obra dos Reverendos Conegos Regrantes de S. Agostinho de Mafra, Frei Joaquim da Anunciação, por mão do Mestre Carpinteiro Francisco Xavier da Silva [a] importancia”<sup>94</sup> de 240\$00. Tapada por uma cortina de pedra, a fachada principal do edifício hospitalar perdia assim a sua frente para o Rossio, dele ficando apartado pela primeira vez. Fica por compreender o grau de ruína destas suas frontarias, uma vez que, no decorrer do primeiro semestre deste ano, a instituição ainda mantinha arrendadas (pelo menos) três lojas “ao pé da porta d[o] Hospital”<sup>95</sup> (uma delas com sobrado) e mais de uma dezena na Rua da Betesga, o que indicia a existência de condições mínimas de utilização e habitabilidade. No entanto, o facto de os diversos livros da Décima da Cidade do terceiro quartel de Oitocentos registarem o edifício do hospital na Rua do Amparo, parece indiciar que a sua entrada ter-se-á passado a fazer por aí<sup>96</sup>.

A transferência dos doentes para o novo Hospital Real (dito de S. José) ocorre nos primeiros dias de abril de 1775. Por essa altura, a frente oriental do Rossio estaria já toda construída e consolidada. No quarteirão dominicano, as lojas estariam ocupadas, os primeiros andares arrendados e os três pisos superiores ocupados pelos dormitórios e demais dependências dos religiosos. O quarteirão agostinho cumpriria o preceito para o qual fora construído, o integral arrendamento. No interior do que restava da *Ilha*, estaria a ser levantada a sequência construtiva do Convento de S. Domingos, na face norte da Rua Nova do Amparo, começada pelo lado do Rossio. No entanto, a escassez de verbas impediria a construção de todos os edifícios e o conseqüente fecho do grande quarteirão do convento. Por esse facto, os terrenos mais próximos da desaparecida Travessa do Amparo<sup>97</sup> foram sendo sucessivamente ocupados por construções abarracadas, que se mantiveram até à supressão do cenóbio em 1834. Sem ligação ao Rossio, truncado no interior de um quarteirão e composto por um misto de construções de madeira e de reminiscências pré-terramotos, algumas arruinadas e outras aproveitadas e adaptadas, o vazio edifício do hospital era uma triste sombra da imponência que em tempos havia tido, perdido entre a cidade que já não existia e aquela que então despontava.

A reutilização do seu terreno constitui uma exceção no grande plano traçado em 1756 e cumprido com algum rigor. No entanto, significou uma oportunidade para resolver eficazmente uma complicada reminiscência urbanística pré-terramoto e permitir uma mais direta ligação com o eixo de saída da cidade que cruzava a zona dos Anjos e Arroios, via Rua Nova da Palma. Com naturalidade, a primeira ideia para a ocupação do espaço consistia no prolongamento do traçado ortogonal das ruas vindas do rio, até então interrompido pela fachada lateral do hospital, à Rua da Betesga.

<sup>92</sup> ANTT, Ministério das Finanças, Convento de São Vicente de Fora, cx 2223, f. 320-321.

<sup>93</sup> E possivelmente parte da sua imponente escadaria. Com a subida de cota do Rossio, os degraus inferiores foram aterrados, tendo-se descoberto alguns no subsolo de uma loja, no decorrer na década de 1950.

<sup>94</sup> AHSCML, Idem, f. 43v. Em meados do ano seguinte, os edifícios estariam ainda por concluir, visto que não foram registados no livro da Décima da Cidade de 1772. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (AHTC), Décima da Cidade, freguesia de Santa Justa e Santa Rufina. 1772. DC638PU.

<sup>95</sup> ANTT, Hospital de S. José, Livro 9523, f. 128.

<sup>96</sup> AHTC, Décima da Cidade, freguesia de Santa Justa e Santa Rufina.

<sup>97</sup> Ver nota de rodapé 53.

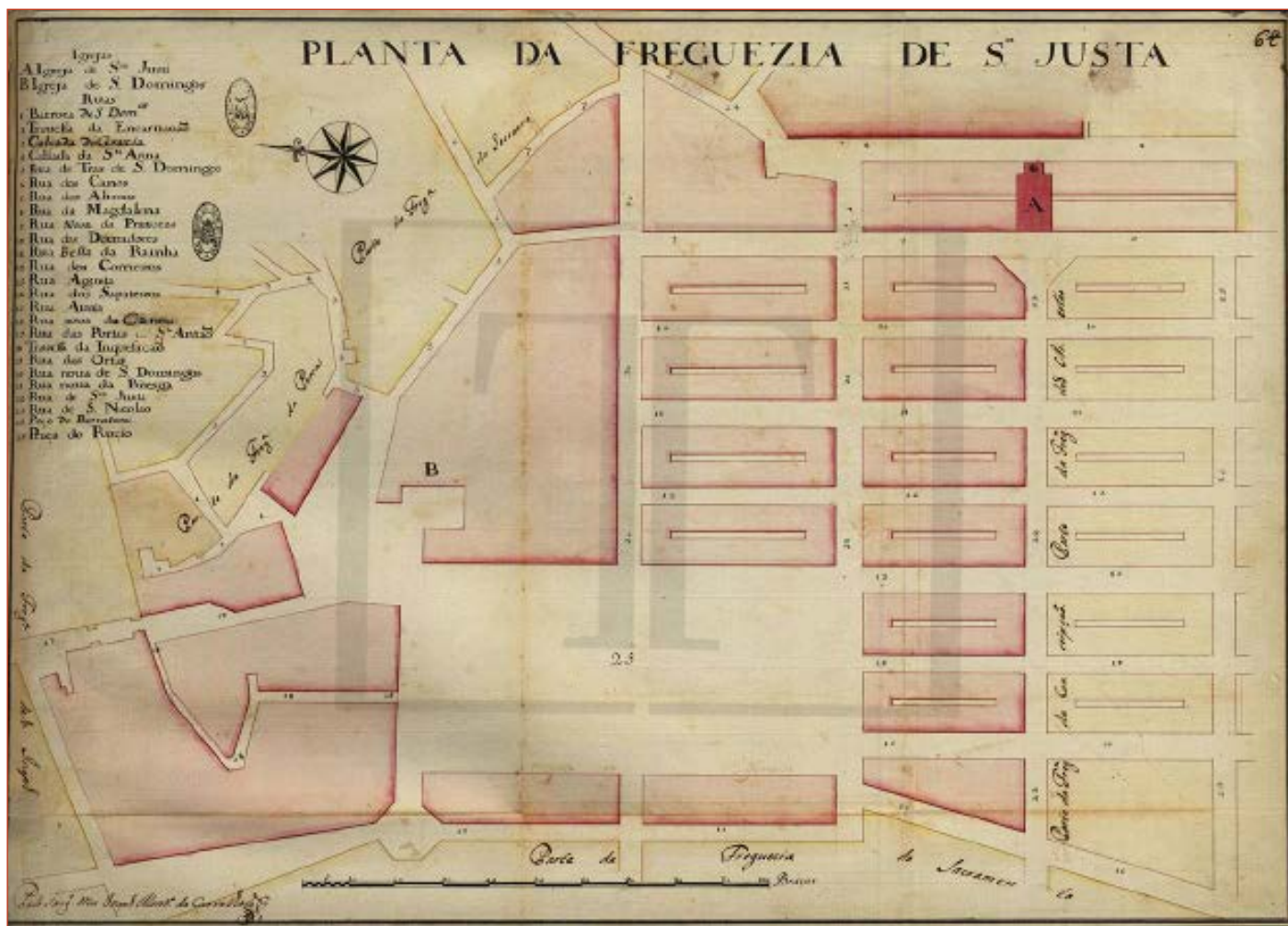


Figura 7 Livro das Plantas da Freguesia de Lisboa, Planta da Freguesia de St.ª Justa, PT/TT/CF/0153, p. 64. Imagem cedida pelo ANTT.

Esta tardia *pombalinização urbanística* dos terrenos do hospital é confirmada pelo próprio aviso que o trunca<sup>98</sup>: perante o esvaziamento do edifício do hospital, a 23 de novembro de 1775, D. José confirma que

ficando devoluto o grande terreno que occupava o antigo Hospital, do que lhe f[e]z Mercê, para que separando-se todo o que não fosse necessario devaçar-se para o serviço público da Cidade, podesse vender o que restasse, ou nelle edificar Propriedades em beneficios da mesma Casa Pia; porque além das duas ruas que logo se cortarão do sobredito terreno, chamadas dos Corrieiros, e da Princeza, se havião de cortar outras duas para se continuarem á rua Bella da Rainha [atual rua dos Fanqueiros], e á dos Douradores, que todas quatro hiao acabar na Rua de S. Domingos<sup>99</sup>.

No entanto, e contrariando as suas próprias diretrizes, por este mesmo aviso ordena

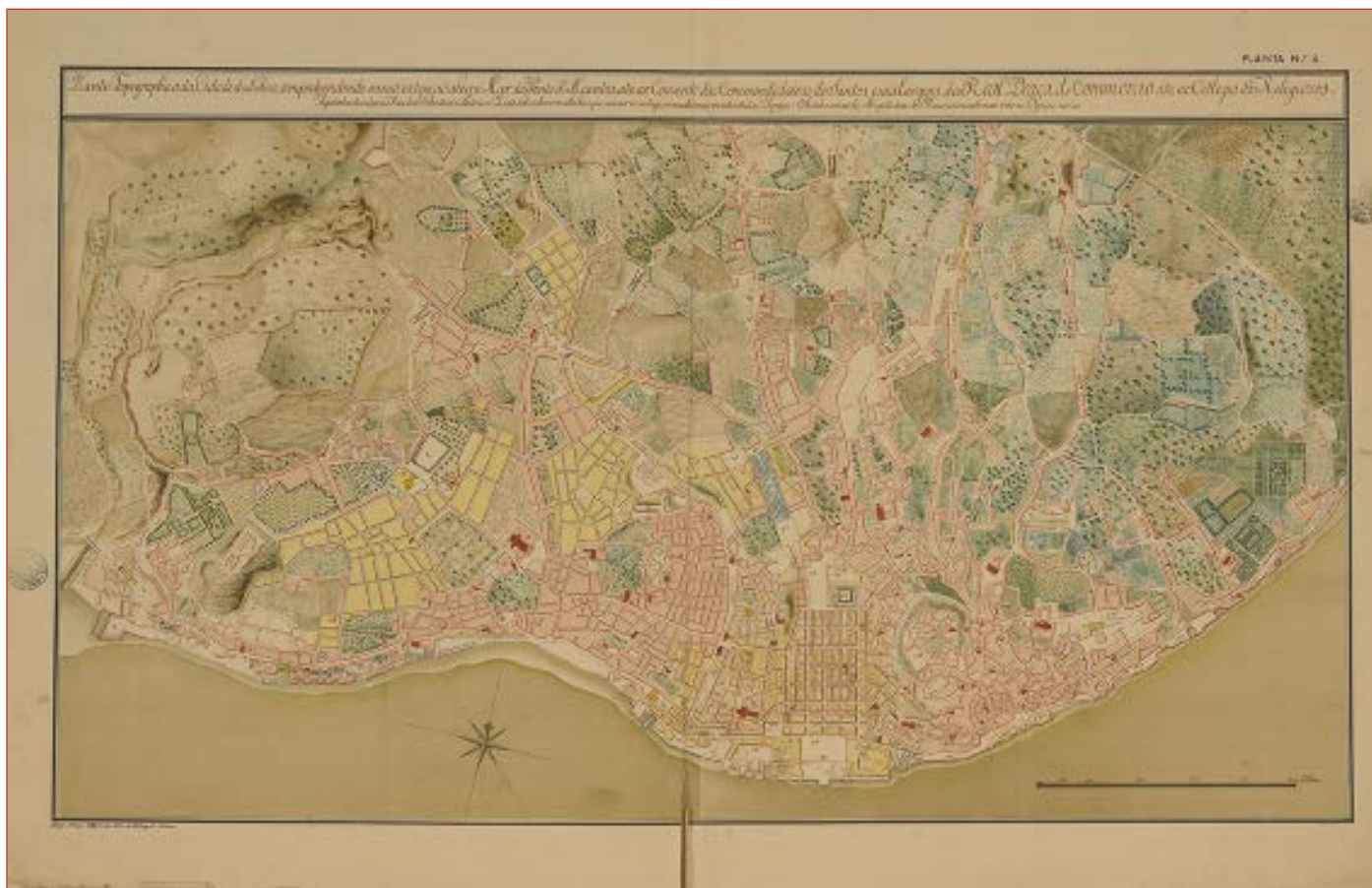
que em lugar destas duas ultimas ruas, que ainda não esta[vam] demarcadas, se devasse em beneficio do Público huma Arca de quatro frente, com [380] palmos do Norte a Sul, e [440] de Nascente ao Poente, para se estabelecer huma Praça de fructa, e hortaliças, com os arruamentos, e cabanas necessarias ao serviço, e uso della, de cujo terreno F[e]z Mercê ao Senado da Camara de Lisboa, com a obrigação de fazer a dita Obra, sem que fique responsavel de pagamento<sup>100</sup>.

<sup>98</sup> Encontra-se também prevista no levantamento do Sargento-Mor José Monteiro de Carvalho (Figura 7). Elaborado na sequência da reconfiguração administrativa de 1770, este levantamento da cidade por freguesias não se limitava a delinear o que se encontrava construído, inserindo também elementos de alterações urbanísticas em projeto.

<sup>99</sup> AHSCML, Decreto de 23 de novembro de 1775. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/063.

<sup>100</sup> Esta opção parece surgir no contexto da proibição da venda no Rossio e das preocupações reveladas em ações do género, nomeadamente com a construção do Mercado da Ribeira Nova, em 1771.

O monarca justifica esta opção com o dever de fazer “prevaler a todo o interesse particular, o da Causa Pública”<sup>101</sup>, garantindo ao Hospital Real a compensação de poder continuar a edificar casas no terreno junto ao Convento de São Camilo de Lelis que, agora voltado à nova praça, ganharia uma acentuada valorização. Não obstante, parece ser insuficiente para compensar a perda de potenciais rendimentos causada pela alienação dos três quarteirões que deixaram de ser construídos. A “Praça Nova”, como então foi sendo chamada, ficava assim maioritariamente encerrada por edifícios conventuais (ou de posse conventual), encartulando-se também a sua face poente, onde se encontrava o convento dos padres camilos.



**Figura 8** Planta topográfica da cidade de Lisboa, compreendendo na sua extensão a beira Mar da Ponte [...]. In SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas Topográficas de Lisboa*, Planta n.º 4. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMSB/UROB-PU/11/398.

Com a cedência da placa central ao Senado para um mercado de fruta, foi iniciado o desmancho do antigo edifício hospitalar e a subsequente venda de entulho. Entre 1776 e 1779, os livros de contas da SCML registaram a venda de materiais ao Senado, às comunidades religiosas vizinhas e a particulares<sup>102</sup>. A este propósito, destaca-se o pagamento feito por parte do primeiro “dos materiaes que se achavão no sitio do antigo Hospital no chão doado por Sua Magestade para Praça Publica das vendas” (17/05/1776, 800\$00)<sup>103</sup>, assim como a mencionada compra de “2111 carradas de pedra de alvenaria” feita pelos dominicanos (27/08/1776, 316\$65)<sup>104</sup> ou de 880

<sup>101</sup> AHSCML, Idem.

<sup>102</sup> A quase totalidade reporta-se à venda de “carradas de pedra de alvenaria” e de “colos de telha”, existindo apenas o registo da venda de “uma pedra de cantaria por 480rs” e de “madeira”. Contrariamente ao valor constante da unidade no caso da venda da telha (200rs/colo), é interessante compreender a total desuniformização dos valores por carrada, variando entre os 150rs e os 230rs, possivelmente atendendo à qualidade da pedra (AHSCML, Cofre das Obras do novo Hospital, Livro 1, PT-SCMSB/GF/DP/04/01/Lv001).

<sup>103</sup> Idem, f. 222v

<sup>104</sup> Idem, f. 226v. No mesmo dia, os administradores da Casa de D. José da Silva Pessanha pagaram 69\$600 por 464 carradas de pedra de alvenaria. Em ambos os casos, a venda fez-se por 150 réis/carrada.



carradas do mesmo material pelos religiosos de S. Camilo de Lelis (03/12/1779, 176\$00)<sup>105</sup>, o último registo a este propósito encontrado. Dados que desvendam a incorporação material e simbólica de elementos do antigo hospital na construção dos novos edifícios voltados à Praça da Figueira. Desmanchado o hospital, o trabalho terá prosseguido com o entulhamento das estruturas térreas e subterrâneas e com o alinhamento da nova praça. Pouco depois, começaria a ganhar forma o novo mercado, com as bancas dispostas em retângulo. Em funcionamento já em 1778<sup>106</sup>, marcaria o final do grande programa pombalino e o definitivo apagamento do Hospital Real de Todos-os-Santos da imagem e do quotidiano da cidade.

## CONCLUSÃO

O desaparecimento do Hospital Real de Todos-os-Santos ocorre, assim, no contexto de uma conjuntura que envolveu as preocupações crónicas com a salubridade do local, os elevados custos de reconstrução do seu edifício (dentro do plano pombalino) e o facto de, pela primeira vez, a cidade possuir um espaço com as condições necessárias para acolher a grande estrutura hospitalar.

A sua transferência em 1775 e a supressão do Convento de São Domingos em 1834 alteraram tão profundamente o urbanismo deste local que hoje é difícil perceber a real dimensão e limites da *Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos*. Desfragmentada em arquipélago<sup>107</sup>, este espaço tem sido um contínuo de transformações de usos e vivências, numa sobreposição de camadas ao longo dos últimos 3000 anos, tendo a *Ilha* constituído o mais icónico destes muitos estratos.

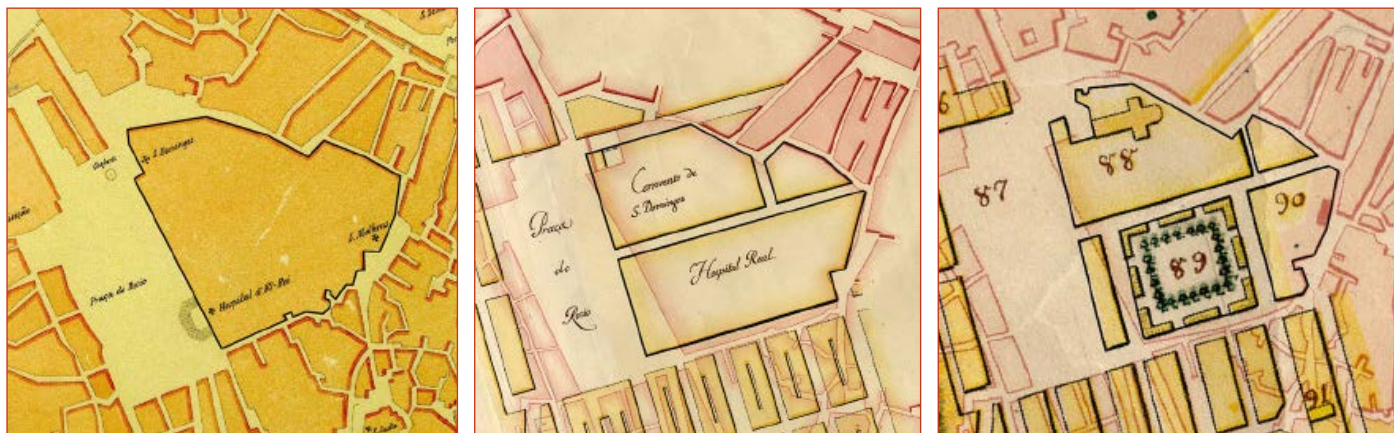


Figura 9 Marcação do limite da *Ilha* sobre a cartografia 1650, 1756, 1780. CML, *Lisboa Interactiva*. <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>.

<sup>105</sup> AHSCML, Cofre das Obras do novo Hospital, Livro 2, f. 76v. PT-SCMLSB/GF/DP/04/01/Lv002.

<sup>106</sup> Nesse ano, Frei António do Sacramento alude já ao “terreno da praça da fructa que se formou no mesmo sítio [do hospital]” (SACRAMENTO, Frei António do – *op. cit.*, p. 14).

<sup>107</sup> Sobre a história e urbanismo do sítio no período entre 1834 e 2019, ver LOURENÇO, Tiago Borges; SILVA, Hélia – *De Ilha a arquipélago: história e urbanismo do lugar do grande quarteirão onde outrora se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio (1834-2019)* publicado neste número dos *Cadernos do Arquivo Municipal*.



**FONTES****MANUSCRITAS****Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa**

Carta Régia de 8 de fevereiro de 1768. PT-SCMLSB/SCML/CR/02/02/012.

Carta Régia de 26 de setembro de 1769. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/022.

Aviso Régio de 27 de setembro de 1769. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/023.

Ofício da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino de 23 de dezembro de 1774. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/039.

Decreto de 23 de novembro de 1775. PT-SCMLSB SCML/CR/02/02/063.

Cofre das Obras do novo Hospital, Livro 1. PT-SCMLSB/GF/DP/04/01/Lv001.

Cofre das Obras do novo Hospital, Livro 2. PT-SCMLSB/GF/DP/04/01/Lv002.

Auxiliar da despesa do Cofre das Obras do novo Hospital. PT-SCMLSB/GF/DP/04/02/Lv001.

**Arquivo Histórico do Tribunal de Contas**

Décima da Cidade. Freguesia de Santa Justa e Santa Rufina (diversos livros de arruamentos e prédios, entre 1762 e 1833).

**Arquivo Municipal de Lisboa**

Chancelaria Régia, Livro 1º de Filipe III.

Chancelaria Régia, Livro 1º de consultas e decretos e avisos de D. José.

Chancelaria Régia, Livro 2º de consultas, decretos e avisos de D. José.

Urbanismo e Obras, Cartulário Pombalino, *Prospecto da praça do Rossio no quarteirão da arte oriental da Praça*. [c.177?].

Urbanismo e Obras, Cartulário Pombalino, *Prospecto do lado do Norte da Praça do Rocio [...] assim como também os prospectos do edifício da Inquizicam*. 1758-1777.

Urbanismo e Obras, Planeamento Urbanístico, Desenhos e plantas, *Planta topográfica da cidade de Lisboa, compreendendo na sua extensão a beira Mar da Ponte* [...].

Urbanismo e Obras, Planeamento Urbanístico, Desenhos e plantas, *Planta topográfica da cidade de Lisboa arruinada, também segundo o novo alinhamento dos Arquitectos Eugénio dos Santos e Carvalho e Carlos Mardel*.

**Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

Hospital de S. José, Livros 921-936, 943, 1107, 4776 e 9523.

Juizo da Inspeção dos Bairros de Lisboa, Bairro do Rossio, Livro 12. PT/TT/JIBL/F/012.

Livro das Plantas da Freguesia de Lisboa, Planta da Freguesia de Stª Justa, PT/TT/CF/0153, p. 64.

Ministério das Finanças, Convento de São Vicente de Fora, cx 2223.

Ordem dos Pregadores, Mosteiro de São Domingos de Lisboa. Livros 76, 89 e 109.

## Biblioteca Nacional de Portugal

*Planta Topographica, e exacta do Sitio, que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de todos os Santos desta Cidade; o Convento de São Domingos, e Cazas asim do Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Marquês de Cascais, como as dos particulares; a qual foi tirada na prezença do Sargento Môr Philippe Roiz de Oliveira, pello Ajudante Guilherme Joaquim Paês de Menezes, e o Discipulo Thomas Roiz da Costa, a que assistirão tambem outros Discipulos todos do dito Sargento Môr, e se finalizou a 9 de Dezembro de 1750.* Iconografia D.100.R.

[Projecto do Hospital de São José]. Iconografia. D.29R., D.30.R., D.31.R.

## IMPRESSAS

BRANDÃO, João – *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa na 2ª Metade do século XVI: estatística de Lisboa de 1552.* Lisboa: Liv. Ferin, 1923.

CACEGAS, Luís – *Primeira parte da história de S. Domingos particular do reino, e conquistas de Portugal.* Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo, 1767.

CASTILHO, Júlio de – *Lisboa antiga.* 2ª ed. Lisboa: Bertrand, 1904.

COSTA, António Carvalho da – *Corographia portuguesa...* Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712. tomo III.

FREIRE, Francisco José – *Memória das principais providencias que se derão no terramoto...* Lisboa: [s.n.], 1758.

*Instrucções sobre as dúvidas, que se devem evacuar, para se dar princípio á Praça do Rocio.* Lisboa: Impresso Avulso, 1759.

MACHADO, Jorge Francisco – *Breve relação das rendas e despesas do Hospital Real de Todos os Santos...* Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1765.

OLIVEIRA, Nicolau de – *Livro das grandezas de Lisboa.* Lisboa: Vega, 1992.

PEREIRA, Luís Gonzaga – *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833.* Lisboa: Oficinas Graficas da Biblioteca Nacional, 1927.

*Relação Verdadeira e Individual do formidavel incendio, que se ateou no Hospital Real de Todos os Santos da Cidade de Lisboa, em 10 de Agosto, deste anno de 1750.* Lisboa: Officina de Manoel Soares, 1750.

SACRAMENTO, Frei António do – *Memórias curiosas em que por estes annos de 1778 se acham as principaes cousas da Corte de Lisboa.* Lisboa: Officina do Tombo Histórico, 1929.

VITERBO, Francisco de Sousa - *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e construtores portugueses.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. vol III.

## ESTUDOS

CAESSA, Ana - *Cartulário Pombalino: da Casa do Risco ao Arquivo Municipal de Lisboa.* In VIEGAS, Inês, coord. – *Cartulário Pombalino: colecção de 70 prospectos (1758-1846).* Lisboa: Câmara Municipal, 2005. p. 13-19.

CARREIRA, Adélia Caldas – *Lisboa de 1731 a 1833: da desordem à ordem no espaço urbano.* Lisboa: [s.n.], 2012. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa pombalina e o Iluminismo.* Lisboa: Bertrand, 1977.

FREIRE, João Paulo – *Lisboa do meu tempo e do passado: do Rossio ao Poço do Borratém.* Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1939.

- GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela; SILVA, Rodrigo Banha da – O bairro islâmico da Praça da Figueira. In *Cristãos e muçulmanos na Idade Média peninsular: encontros e desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, 2011. p. 17-25.
- LEITE, Ana Cristina – O Hospital Real de Todos-os-Santos. In PEREIRA, Paulo, dir. – *Hospital Real de Todos-os-Santos: 500 anos*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p. 5-19.
- LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia – A Lisboa dos conventos: permanências e metamorfoses. In SEIXAS, João, coord. – *Projeções de Lisboa: utopias e estratégias para uma cidade em movimento perpétuo*. Lisboa: Caleidoscópio, 2018. p. 86-111.
- MOITA, Irisalva – *V Centenário do Hospital de Todos os Santos*. Lisboa: Correios de Portugal, 1992.
- MOITA, Irisalva – O Hospital Real de Todos-os-Santos: enfermarias – Aposentadorias – Serviços. In PEREIRA, Paulo, dir. – *Hospital Real de Todos-os-Santos: 500 anos*. Lisboa: Câmara Municipal, 1993. p. 40-48.
- RIJO, Delminda – Palácio dos Estaus: de Hospedaria Real a Palácio da Inquisição e Tribunal do Santo Ofício. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. 2.ª Série N.º 5 (2016), p. 19-49.
- ROSSA, Walter - No 1º plano. In ROSSA, Walter e TOSTÕES, Ana, coord. – *Lisboa 1758: O plano da Baixa hoje*. Lisboa: Câmara Municipal, 2008. p. 24-81.
- SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos – *El Proyecto de Manuel da Maia y la reconstrucción de la Baixa de Lisboa en el siglo XVIII*. Barcelona: [s.n.], 2012. Tese de Doutoramento apresentada ao Departament d'Urbanisme i Ordennació del Territori, Universitat Politècnica de Catalunya.
- SILVA, Augusto Vieira da – *Plantas topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1950.
- SILVA, Raquel Henriques da – Lisboa reconstruída e ampliada (1758-1903). In ROSSA, Walter; TOSTÕES, Ana, coord. - *Lisboa 1758: o plano da Baixa hoje*. Lisboa: Câmara Municipal, 2008. p. 126-167.
- SILVA, Rodrigo Banha da – A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal. N.º 2 (2013), p. 40-62.
- SILVA, Rodrigo Banha da – A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa). In Congresso Afonso Henriques e a Sua Época - *Actas* (em publicação).

## RECURSOS ONLINE

- LOURENÇO, Tiago Borges; MÉGRE, Rita; SILVA, Hélia – *As casas religiosas de Lisboa*. [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal, 2018. [Consult. em 04.12.2018]. Disponível na Internet: <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/wp-content/uploads/2015/06/CasasReligiosasLisboa.pdf>. Integrado no projeto Lx Conventos.

---

Submissão/submission: 09/03/2019

Aceitação/approval: 23/03/2019

---

Hélia Cristina Tirano Tomás Silva, Departamento Património Cultural Direção Municipal de Cultura, Câmara Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal / Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. helia.silva@cm-lisboa.pt

<https://orcid.org/0000-0002-8299-6045>

Tiago Borges Lourenço, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. tborgeslourenco@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9244-6493>

---

SILVA, Hélia Cristina Tirano Tomás, e LOURENÇO, Tiago Borges, *A Ilha. História e urbanismo do grande quarteirão onde se implantou o Hospital Real de Todos-os-Santos, ao Rossio (1750-1779)*. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 11 (janeiro-junho 2019), p. 103 – 126. <https://doi.org/10.48751/CAM-2019-11155>

---